



# Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1979.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandler e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Ofícios.

Sob o nº 641/79, do Sr. Adilson Arice, Presidente da Câmara Municipal de Jacaréi - São Paulo, no qual comunica que foi aprovada em Sessão Ordinária, realizada no dia 27 de junho do ano em curso, u'a Moção de Apoio à Classe do Professorado. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 03/79, do Sr. Ênio Pascoal, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, no qual transmite a este Poder o teor da Propositura nº 1080, de autoria do Deputado César Aires, aprovada pelo Plenário daquela Assembléia, no dia 03 de julho do ano em curso, no sentido de ser criada a Confederação Brasileira de Futebol e que a mesma e as demais sejam sediadas na Capital da República, em cumprimento ao que dispõe o artigo 47 do Decreto-Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 003/79, do Sr. Antônio do Carmo Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana, comunicando aprovação do requerimento de autoria do Vereador Alcides Ramos, solicitando apoio dos Srs. Deputados, para a aprovação do projeto de lei de iniciativa do Deputado Antônio Facci, que visa alterar a Lei Orgânica dos Municípios, no sentido de liberar as Câmaras Municipais da dependência das Prefeituras, como ocorre com relação à requisição de suas verbas orçamentárias. Se convertido em lei, livrará as Câmaras dos grilhões do Poder Executivo. — **Ao conhecimento da Casa.**

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. IRACI MENDES DE SOUZA, ex-expedicionário, residente em Palmas.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, aos cuidados do Dr. Antônio Rampazzo, Vereador naquele município.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela passagem do 9º aniversário da Rádio Educadora Rural de Jacarezinho, ocorrido em data de 03 do corrente.

Tal evento é deveras marcante para a região do Norte Pioneiro do Paraná, tendo em vista o trabalho que vem sendo desenvolvido por aquela importante emissora do nosso Estado em prol da cultura e do progresso. Nesse período de transmissões da Rádio Educadora Rural de Jacarezinho, tem ocasionado não só momentos de lazer, como também de cultura àquele povo, fazendo com que sua existência venha a se tornar um móvel indispensável no progresso e no desenvolvimento de nosso Estado.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à direção daquela emissora.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) PALÁCIOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de congratulações ao Dr. OSIRIS DE JESUS FONTOURA, pela sua posse no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada, ocorrida em sessão especial do mencionado pretório, realizada na quinta-feira última.

O eminente Julgador, meritoriamente promovido, após magnífica atuação em diversas comarcas do Estado até sua investidura no cargo de 2ª Instância, acumulava as funções de Titular da 1ª Vara Cível e Diretor do Forum da Capital, nas quais deixou indelevelmente marcadas as suas virtudes de discernimento, honradez, capacidade e dedicação.

Requer ainda, aprovado este requerimento, sejam cientificados da decisão da Casa o Tribunal de Alçada e o homenageado.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Sindicato do Comércio de Combustíveis, solicitando o rodízio de postos de gasolina aos sábados, e

que se dê ciência ao Conselho Nacional de Petróleo -- CNP.  
Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento tem o objetivo de acionar todos os Postos de Gasolina, evitando-se que alguns se beneficiem. Através de uma "TABELA RODÍZIO", os taxistas saberiam previamente os locais de abastecimento. Além do mais, os empregados teriam mais trabalho, ao contrário do ocorrido no último sábado, quando não havia o que fazer.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, NIVALDO ALMEIDA NETO, para que tome conhecimento e as devidas providências, com relação à conclusão das obras de asfaltamento, do acesso que liga o Distrito de Tamarana, Município de Londrina, com a Rodovia Londrina - Mauá, o que possibilitará a ligação asfáltica do Distrito com a Sede Administrativa do Município.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

Tamarana é hoje um centro agrícola dos mais expressivos, contando com uma população superior a dezenas de municípios paranaenses. A terraplanagem foi iniciada, porém no mês de março, as máquinas foram recolhidas. A obra é uma antiga promessa do Governo, daí os apelos dos moradores daquele distrito, no sentido de que a Secretaria dos Transportes reinicie os trabalhos o mais rápido possível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. ANTÔNIO DELFIM NETO, M.D. Ministro da Agricultura, solicitando que o Governo Federal adquira os estoques de fumo ainda em poder dos fumicultores, por preço justo, evitando assim a exploração de que estão sendo vítimas os que trabalham no setor.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. NEY BRAGA, M.D. Governador do Estado e Excelentíssimo Sr. REINHOLD STEPHANES, M.D. Secretário da Agricultura.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

A fumicultura é indiscutivelmente um dos setores da agricultura que requer maiores conhecimentos por parte dos que a ela se dedicam. Tal fato levou as grandes empresas, desde algum tempo, a treinar e orientar os fumicultores. Cultura que ocupa pequenas áreas, e necessita de muita mão de obra, inclusive de menores que têm sido a solução encontrada por aqueles que, com grandes famílias, residem em minifúndios.

De outra parte, necessitando de uma infraestrutura constituída por grandes galpões, o fumicultor encontrou nos bancos, diretamente ou através das Companhias, os financiamentos para tais obras, bem como para os insumos.

Incentivado pelos compradores e técnicos, hoje o plantador, em especial no Sudoeste paranaense, se encontra às voltas com uma grande safra, o que vem permitindo às companhias, verdadeiros monopólios, a exploração mais violenta já verificada naquela região.

O fumicultor está sendo levado ao desespero, quer pelo preço ínfimo oferecido, quer pela classificação feita discri-

minatoriamente pelos funcionários das companhias.

O problema se agrava com o vencimento das prestações devidas pelas instalações e insumos e, a médio prazo, pela impossibilidade de mudança de atividade, já que os grandes galpões ainda a serem pagos, não servem para outros fins.

Na dependência das grandes firmas, com o fumo sem mercado e com os financiamentos vencendo, o fumicultor se encontra em situação difícil, daí a solicitação de intervenção do Governo Federal, no sentido de adquirir a atual safra, para poder possibilitar o disciplinamento do setor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de pedido de informação, respectivamente às Secretarias de Estado da Educação e do Planejamento, no sentido de esclarecer as atividades do Programa de Cooperação Estado/Município (COEMPAR), fixando seus objetivos e declinando metas concretizadas e metas a serem atingidas.

Requer também, seja informada por essas Secretarias de Estado, a atuação, no Paraná, do Programa de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal (PROMUNICÍPIO).

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Determina o Artigo 58 da Lei 5692/71, em seu parágrafo único, que se estabeleça a "progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargo e serviços de educação, especialmente de 1.º Grau, que, pela sua natureza, possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais".

É um princípio de descentralização objetivando, embora ainda não muito bem definida, a uma melhor aplicação dos recursos financeiros destinados à educação.

Essa descentralização administrativa determinará, inevitavelmente, a valorização do esforço municipal no sistemas educacional, especialmente no que diz respeito ao Ensino de 1.º Grau.

O princípio de descentralização contribuirá para que o município possa assumir, de fato, suas responsabilidades, no campo do 1.º grau, determinando prioridades e estabelecendo critérios de execução de uma política educacional dentro de sua realidade e peculiaridades regionais e locais.

A Lei 5692/71, preconiza um entrosamento das diversas esferas governamentais, num federalismo cooperativo, a fim de que não se dispersem esforços e se dupliquem recursos para a mesma finalidade.

O grande educador brasileiro, Lauro de Oliveira Lima, prega o monopólio do município na educação de 1.º grau, destacando que "é evidente que, para isso, é preciso reorganizar a Nação e "fundar" o município, Ele deve poder lançar impostos para manutenção da escola elementar".

Por isso, achamos que a Assembléia Legislativa do Paraná deve participar do grande anseio de sua população, a prioridade primeira da pessoa humana: a educação.

Temos que buscar instrumentos para concretização do objetivo de que a educação é direito de todos, mormente no 1.º grau.

Preliminarmente, portanto, para que participemos da consecução desse objetivo, na Assembléia Legislativa do nosso Estado, é necessário que saibamos das atividades de órgãos que, por definição, devem estar empenhados em buscar soluções para que o município assuma sua competência, definida no parágrafo único do Art. 58, da Lei 5692/71, a chamada Reforma do Ensino. Oito anos já se passaram de sua promulgação (11 de agosto de 1971), e pouco se fez nesse sentido.

Posteriormente, a par da realidade estadual, procuraremos os instrumentos legais que possibilitem a "progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargo e serviços

de educação, especialmente de 1.º grau.

A educação é prioritariamente, juntamente com a saúde pública, a meta de promoção do ser humano. O Poder Legislativo não pode ficar ausente e omissor dessa aspiração, não só paranaense como nacional.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 106/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Campo Mourão - SOS, com sede na cidade do mesmo nome, é uma Associação Civil, de caráter assistencial e filantrópica, sem intuito lucrativo e com duração indeterminada. Tem como fins:

a) — Promover o bem estar individual ou da família, considerada como um todo, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência econômica, social, moral, educacional, recreativa e física.

b) — Combater a mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas.

c) — Apoiar as demais instituições sociais estimulando-as a adotarem programas planejados, para maior e melhor prestação de serviço à comunidade.

##### PROJETO DE LEI Nº 107/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o ABRIGO SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, com sede no Município de Sertaneja e foro na Comarca de Cornélio Procopio - Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) RUBEN VALDUGA

#### JUSTIFICATIVA:

O Abrigo Santo Antônio de Pádua, sediado em Sertaneja-Pr, à Rua Marechal Deodoro, s/n, e foro na Comarca de Cornélio Procopio - Pr., constitui uma sociedade civil beneficente, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal abrigar e manter velhinhos desamparados, sem recursos próprios para sua manutenção, dando-lhes assistência material e espiritual, tanto do Município como da Região.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. O Abrigo Santo Antônio de Pádua, por sua própria condição justifica a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — ('Lê):

“Voltamos à tribuna desta Casa de Leis, principalmente para expressar os nossos agradecimentos às autoridades federais e estaduais que colaboraram no sentido de realizar um velho sonho da região Oeste do Paraná, e da juventude estudantil do nosso Estado, com a autorização para funcionamento do Curso de Engenharia Agrícola na Fecivel, Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, através do Decreto Federal nº 83.760, de 23/07/79; com este curso a

Fecivel se habilita a transformar-se em Universidade a pouco tempo, bastando para tanto, o reconhecimento do mesmo e do curso de enfermagem recentemente implantado.

O Engenheiro Agrícola é um profissional existente há várias décadas em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, França, Inglaterra e em toda a Europa.

Na América do Sul, o primeiro país a implantar este tipo de estudo foi o Peru, na década passada. De posse, portanto, da experiência de todas essas escolas, o Brasil lançou-se na pesquisa para criação do primeiro Centro de Engenharia Agrícola do País. E, em 1973, entrou em funcionamento o primeiro Curso de Engenharia Agrícola do Brasil, criado pela Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

A Engenharia Agrícola é uma ciência diferente da Agronomia. As duas porém, visam o mesmo objetivo, ou seja, a otimização da produção agropecuária. Os meios, entretanto, são totalmente distintos. A Engenharia Agrícola aplica a engenharia em todos os seus amplos aspectos na otimização da produção. Assim, são aplicadas a engenharia elétrica, a engenharia mecânica, a civil, bem como a economia e a sociologia, para concretização de seu desiderato.

Basicamente, o Engenheiro Agrícola atua em cinco áreas específicas: Eletrificação Rural, Construções Rurais, Processamento de Produtos Agropecuários, Mecanização Agrícola, Engenharia de Água e Solos. Dentro dessas cinco áreas, as especificações são as seguintes:

O Engenheiro Agrícola é um profissional reconhecido pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, (Confra-Cres), Conselho Federal de Educação (CFE), e Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Além do curso de Engenharia Agrícola recém instalado na Fecivel, existem atualmente os seguintes cursos já instalados no País: Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande; Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, onde inclusive já existe o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, no Estado de São Paulo, e Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Até 1977, ano da formatura da primeira turma, a Engenharia Agrícola no País era exercida apenas por Engenheiros Cíveis, Mecânicos, Eletricistas e Agrônomos. Agora o Engenheiro Agrícola no Brasil já é uma realidade, tendo inclusive fundado em Sorocaba (SP), o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA), numa época em que o objetivo primordial do Governo é a produção agropecuária.

Ressaltamos neste momento o trabalho desempenhado pelo Deputado Federal, Arnaldo Busato, em toda a história da nossa Fecivel.

Aproveitamos a oportunidade para enviar os nossos agradecimentos ao Secretário da Educação, Professor Edson Machado, ao Governador Ney Braga, ao Ministro da Educação, Excelentíssimo Sr. Eduardo Portela, e ao Excelentíssimo Sr. Presidente, João Figueiredo, por esta conquista dando condições para que nos dias 26, 27 e 28 deste mês, a juventude estudantil possa prestar exames vestibulares, possibilitando a futura criação da tão sonhada Universidade do Oeste. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nosso pronunciamento de hoje, desejamos destacar a cidade de Medianeira, na pessoa do seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Bonatto, do seu Presidente da Câmara, Sr. Orlando Kulkamp, e dos Srs. Vereadores.

Salientamos, igualmente, a pessoa do Sr. Ivo Da Rolt, Presidente da I Exposição Feira Comercial e Industrial de Medianeira, realizada nos dias 25 a 29 de julho próximo passado

cujo convite do Sr. Prefeito, do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Feira, muito nos honrou.

Estivemos presente na solenidade da sua abertura, que foi honrada e prestigiada com as presenças ilustres do Sr. Governador do Estado, Sr. Ney Braga, e do Sr. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura.

É inegável o alto sentido da Exposição Feira Comercial e Industrial de Medianeira, que atestou o desenvolvimento do município e o vigor da administração de Luiz Bonatto, aliada à comunidade, em todas as suas facetas de interesse público e particular. E reafirmamos a importância, até como exemplo a qualquer comunidade, o que representa o potencial do trabalho em ação paralela e uniforme, visando a meta comum do progresso do município.

A 1ª EXPOMED, foi muito concorrida, eis que foi visitada assiduamente por visitantes de toda região, que apreciaram com entusiasmo as suas excelentes instalações.

Temos de convir que uma representação como esta exposição de Medianeira, traduzindo a pujança econômica do município e o seu progresso indiscutível, obteve uma grande repercussão.

Em decorrência desse êxito, o Sr. Prefeito Luiz Bonatto, com a sua reconhecida atividade e capacidade administrativa, tem o propósito de, no ano próximo, dar-lhe um caráter internacional, com a participação dos países vizinhos, Argentina e Paraguai, cujo intercâmbio de alta valia, será facilitado pela pequena distância às fronteiras dos referidos países, e mais, com excelente comunicação rodoviária e telefônica.

E, daqui desta tribuna, transmitimos os nossos cumprimentos e nossas congratulações ao Sr. Prefeito Municipal, Luiz Bonatto, ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da 1ª EXPOMED e aos Srs. Vereadores.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença, em nosso plenário, do Deputado Álvaro Correa, pelo vizinho Estado de Santa Catarina. Registramos, com prazer, a presença do ilustre Deputado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Enviando à Mesa dois requerimentos, um que nós já abordamos à semana passada, com relação à Secretaria dos Transportes, pedindo a conclusão do asfaltamento do acesso que liga o Distrito de Tamarana à Rodovia Londrina - Mauá.

Outro requerimento que estamos enviando ao Superintendente da SUNAB, Gal. Glauco Carvalho, pedindo em caráter de urgência a instalação de uma agência regional em Londrina da SUNAB conforme plano já anteriormente traçado, cujas agências regionais seriam em Londrina, Cascavel e Maringá. (Lê). "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Superintendente Nacional da SUNAB, Gal. GLAUCO CARVALHO, pedindo, em caráter de urgência, a instalação de uma agência regional em Londrina, conforme planos já anteriormente traçados, cujas agências regionais seriam Londrina, Cascavel e Maringá.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1979.

(a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

Em Londrina, a ADUC — Associação de Defesa do Usuário e do Consumidor, já está praticamente desativada, na expectativa de que seja instalada naquela cidade uma agência da SUNAB — Superintendência Nacional do Abastecimento, conforme o organismo federal anunciou há mais de dois anos. Aliás, não se concebe que a SUNAB, cuja única e precípua

finalidade é fiscalizar os preços de gêneros alimentícios, principalmente, só apareça ocasionalmente no Norte do Estado. É de estranhar, pois que até hoje, apesar dos insistentes apelos dos consumidores, a SUNAB não existe no norte do Paraná.

O que surpreende é que o órgão federal já realizou concurso de âmbito nacional para escolha dos fiscais que ficariam lotados nas novas agências. Estas seriam instaladas em Londrina, Maringá e Cascavel.

Houve até mesmo consignação de verba orçamentária para imediata instalação de agências nas respectivas cidades. E o que aconteceu? Nada.

O Presidente Geisel achou por bem aguardar que a providência fosse tomada pelo novo Governo. Este tomou posse há vários meses e, tudo indica, o problema continuará insolúvel.

Quem lucra com isso são os negligentes e desonestos proprietários de supermercados que, pelo menos uma vez por semana, aumentam criminosamente os preços dos gêneros alimentícios, notadamente os de primeira necessidade, para não se falar naqueles também imprescindíveis, cujos preços tornaram proibitivos, os produtos de limpeza e perfumaria. Veja-se o preço da carne, antes acessível da classe média acima, agora também não podendo comprar.

Daí a razão do nosso protesto pela ineficiência da SUNAB no Paraná. Sabemos que o órgão federal dispõe de poucos fiscais, não podendo atender além da Capital. Conhecemos o esforço dispendido pelo Delegado Regional, Pedro Tocafundo, que por mais de uma vez declarou que se dependesse dele as agências do interior já estariam funcionando.

Por isso, lançamos o nosso apelo e estamos requerendo, seja enviado ofício ao Superintendente Nacional, General Glauco Carvalho, para que saibamos pelo menos o que se espera para que a nossa reivindicação seja atendida.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Determina o artigo 58, da Lei 5692, em seu parágrafo único, que se estabeleça a progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos de serviço de Educação, especialmente de primeiro grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais.

É um princípio de descentralização, objetivando, embora ainda não muito bem definida, a uma melhor aplicação dos recursos financeiros destinados à educação. Essa descentralização administrativa, Sr. Presidente, determinará, inegavelmente, a valorização do esforço municipal no sistema educacional, especialmente no que diz respeito ao ensino de primeiro grau.

O princípio da descentralização contribuirá para que o município possa assumir de fato, suas responsabilidades no campo do primeiro grau. Determinando prioridades e estabelecendo critérios de execução de uma política educacional dentro de sua realidade e peculiaridade regionais e locais. A lei em referência, preconiza o entrosamento das diversas esferas governamentais, destacando o ensino de primeiro grau, e é evidente que nós precisamos hoje que as esferas governamentais, no federalismo cooperativo, resolvam de vez, não dispersando esforços e não duplicando recursos para a mesma finalidade, ou seja, a educação de primeiro grau.

Mas, já vem em socorro o grande educador brasileiro, Lauro de Oliveira Lima, pregar que o monopólio do município na educação de primeiro grau é fundamental, mas também é evidente que, para isto, é preciso reorganizar a Nação e fundar o município. Ele deve poder lançar impostos para a manutenção da escola elementar, porque hoje não há federação e hoje o próprio município está sem autonomia e sem poder de

sobrevivência.

Por isso, achamos, Sr. Presidente, que a Assembléia Legislativa do Paraná também deve participar do grande anseio de sua população, a prioridade primeira da pessoa humana: a educação.

Temos que buscar instrumentos para concretização do objetivo de que a educação é direito de todos, mormente no primeiro grau.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estamos encaminhando esta solicitação e viemos à tribuna tão somente para evidenciar a importância deste aspecto, para que a Secretaria de Estado, da Educação e do Planejamento, ambas as Secretarias, melhor dizendo, digam dos objetivos, metas alcançadas e a alcançar, pelo Programa de Cooperação Estado-Município, COEMPAR, bem como a participação do Programa de Coordenação e Assistência Técnica do Ensino Municipal, PROMUNICÍPIO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este programa, instituído há algum tempo, oito anos já se passaram de sua promulgação, e pouco se fez neste sentido; a par da realidade estadual, há que se preocupar com os instrumentos legais que possibilitem esta progressiva passagem para a responsabilidade municipal, desde que atendidas também as reivindicações dos prefeitos e a própria situação da Federação brasileira.

A educação é prioritariamente, juntamente com a saúde pública, a meta de promoção do ser humano. E nós, do Poder Legislativo, no momento que se criou com lei, com tanto entusiasmo, com tanta propaganda, o COEMPAR, o PROMUNICÍPIO, precisamos tomar conhecimento para levar às nossas comunidades e à opinião pública o que, afinal de contas, está se fazendo durante estes oito anos, com estes programas que nos parecem estão ou engavetados ou numa situação morosa, inadequada para a realidade educacional do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao longo da História já nos provam a deficiência do ensino brasileiro, principalmente neste setor, que é fundamental. Ainda mais quando nós temos erros da própria colonização. Pois já se disse que enquanto nos Estados Unidos iniciaram sua colonização e seus centros culturais, seus centros comunitários, instituindo uma escola pública universal e gratuita, e dali a cidade convergindo, no Brasil aconteceu o contrário. A maioria das cidades nasceram com uma Igreja e um pelourinho, na época as expressões da própria exceção e da própria prepotência, nestes aspectos de valorização da pessoa humana.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contamos que esta Assembléia dê apoio a este nosso requerimento, para que nós possamos ter uma informação sobre a quanto andam as coisas com a COEMPAR e o PROMUNICÍPIO.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Valho-me deste horário para exercer um direito que como Parlamentar me é conferido, para abordar um assunto que tem me preocupado muito e creio a Vossas Excelências também, que é a violência e a criminalidade existente em todo o País e mais particularmente em nosso Estado.

Em Londrina, nesta década de 70, ocorreram vários crimes mais ou menos assemelhados os quais chocaram e marcaram profundamente a consciência da população do Norte do Paraná.

Assassinatos, em circunstâncias horripilantes, que chegam inclusive, a superar a imaginação de cada um de Vossas Excelências, tamanha a sua crueldade.

Por mais desumano que seja o homem, não é acreditável que alguém, em sã consciência, seja capaz de praticar ou permitir que se pratique tamanha tragédia.

Sei que este assunto, que trago hoje, a esta Casa, é um assunto triste e conseqüentemente antipático, todavia, entendo que deva ser melhor discutido e analisado por todos quantos tenham a responsabilidade da sua consecução.

Entretanto, esses crimes aconteceram e continuam a acontecer para minha vergonha e minha tristeza.

Um desses crimes (de Londrina), que foi o primeiro de uma série, depois de muito tempo e muita luta é que foi julgado. Não da forma como deveria sê-lo, mas o foi.

Aliás este caso já foi assunto que abordei nesta Casa no início da Legislatura.

Há poucos dias o Paraná inteiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, foi traumatizado e surpreendido por mais um brutal e desumano crime, que ocorreu quem sabe, na gruta do Monge, na cidade da Lapa, o qual, graças a ação do delegado de Homicídios, Dr. Peter Maslowicks, foi prontamente esclarecido.

Crime com semelhança a tantos outros ocorridos neste Estado e por este País afora.

Idêntico ao de Cláudia Lessin Rodrigues, ocorrido no Rio de Janeiro.

Semelhante ao de Araceli, ocorrido no Espírito Santo.

Bastante parecido com os crimes que vitimaram as duas irmãs japonesas, ocorrido no mês de agosto de 1973 na cidade de Londrina, e até agora, vergonhosamente as autoridades responsáveis não o esclareceu; que vitimou a menor Elizabeth, ocorrido no primeiro semestre de 75, jovem indefesa que morreu cruelmente nas mãos de homens, que pelos seus atos, devem ser mais assemelhados com monstros do que a seres humanos sem que até agora tivesse sido esclarecido; que vitimou Maria Aparecida e Leila, com os mesmos requintes de crueldade e perversidade, as quais, para vergonha de toda a Polícia do Paraná, não foi esclarecido.

Por que isso tem ocorrido? O que estaria havendo com a Sociedade? Por que tanto ódio e tanta violência?

Crimes como esses, violentos, chocantes, traumatizantes, ocorrem, todos os dias, numa sociedade ela mesma, incubadora da violência e anomalias sexuais que, em seu vértice, arrastam, preferencialmente, os jovens.

Por que então a repercussão estadual e por que não dizer nacional desses crimes?

Por que as autoridades têm se omitido tanto para não dizer acovardado, diante do desaparecimento trágico de tantas vidas úteis?

Será que essa omissão não é fruto da seqüência de fatos anti-sociais, e que, por serem tantos, acabam sendo aceitos como algo de normal e corriqueiro?

Estará a Sociedade sendo levada, sem que a perceba, a essa perigosa insensibilidade pelo crime, tal a extensão com que, hoje, ele se manifesta em toda parte?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O momento é de reflexão. Todos nós temos deveres para com a Sociedade. Depois de tantos traumas que as nossas consciências têm sido alvo, entendo que está passando da hora de se levantar o denso e negro véu que encobre a máfia dos que, neste país, fazem o tráfico nefando de drogas alucinógenas e de entorpecentes.

O momento é de reflexão. Onde está a Polícia Federal, que não coíbe o uso e tráfico indiscriminado de entorpecentes neste Estado?

Onde está a Delegacia de Tóxicos que até parece que nunca existiu, para vergonha de toda a Polícia Civil do Paraná, diante dessa onda avassaladora do uso e comércio de drogas?

A responsabilidade desses órgãos é muito grande para ser tratada com tamanho descaso e desinteresse.

O que merece destaque em todos esses crimes aqui narrados e, principalmente, este último o da gruta do Monge não é tanto a morte de uma moça e os ferimentos em outra (o que é profundamente lamentável), mas o fato de que ele veio reacender a questão das drogas, em cujo embalo, de um modo geral, se

decompõem e exaurem os moços de hoje.

Sem dúvida o tráfico de entorpecentes e alucinógenos é dos mais rendosos e lucrativos. Reside aí talvez a omissão da polícia? Quem sabe? E sendo lucrativo pouco importa as consequências trágicas de seu consumo. Afinal de contas, para a sociedade capitalista o lucro tudo justifica. Isto é profundamente lamentável. Isto é doído. É triste demais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É profundamente lamentável que para a sociedade capitalista o lucro justifica tudo. Já dizia o Pe. Paschoal Rangel: "o capitalismo é estridentemente realista, terroso, misturado com o pecado, a ambição, o egoísmo, os instintos de poder e de prazer, fazendo inclusive, apelo a tais instintos, lubrifica-se com eles, que são afinal o óleo em que sua máquina funciona à vontade".

Quer dizer, a sociedade consumista-capitalista exacerba os instintos do homem, excita-os, estimula-os, fá-los desembestados, desgarrados, e depois, ela mesma, volta-se contra o que ela própria engendrou, fecundou e fez prosperar.

Nesse sentido, todos nós somos vítimas dessa sociedade, todos somos inocentes e culpados ao mesmo tempo, porque somos a sociedade que aí está, tanto que ela é o que somos.

Na maioria dos crimes ocorridos por este País afora, os que nele se viram envolvidos se dizem inocentes, ninguém se confessa culpado. As vítimas, somente elas, foram as culpadas.

Pode-se, em sã consciência, alguém aceitar conclusão assim tão monstruosa? A impunidade, pura e simples, dos seus agentes, embora, também eles, sejam vítimas de uma sociedade que cria as condições para a delinquência?

A aceitarmos essa ordem de raciocínio então teríamos a conclusão inapelável: ninguém é responsável numa sociedade que é, ela mesma, a primeira e grande irresponsável. A impunidade seria geral, a delinquência e o crime passaria a ter trânsito livre. Seria o caos.

Lógico e evidente que não se pode aceitar tal conclusão, eis que ela repugna à própria razão humana, embora, à distância e em última análise, a sociedade seja a incubadora das ações anti-sociais.

Se não se pode atirar a responsabilidade individual às costas da responsabilidade social ou coletiva, então impõe-se apurar de quem a culpa próxima e imediata, para que se lhe aplique a pena correspondente.

Onde estão as autoridades responsáveis que não acordam do sono da omissão e da negligência?

Onde está o Governo Federal que ao invés de tentar desviar a atenção do povo brasileiro com medidas e posições demagógicas não age com mais eficácia para reprimir, sem discriminação, aquilo que está dilacerando a juventude brasileira, que são as drogas?

O que faz o Sr. Presidente da República que não age contra o tráfico interno e externo de entorpecentes em todo o País?

Não seria melhor que o Governo decretasse "guerra" contra os traficantes do que contra o povo brasileiro como vem fazendo, através das últimas medidas econômicas que adotou? Ou será que o Sr. Presidente da República está aguardando que mais vidas desapareçam, mais famílias se desgracem, para tomar alguma providência mais enérgica? Este é um País das leis onde as leis não são cumpridas.

O que faz o Sr. Governador do Estado que não pune os policiais que se omitem no exercício de suas funções? Os servidores que negligenciam no cumprimento de seu dever? Os responsáveis pela prevenção e repressão a crimes que se acovardam ou se corrompem?

O momento é de reflexão. Alguma coisa, bastante substancial tem que ser feita.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se tudo isso não bastasse, volta o Paraná e o Brasil a assistir mais uma cena triste, chocante, fria, irresponsável e cruel praticada por um policial, que ao invés de ser um representante da lei, deveria estar

numa cadeia ou quem sabe em um hospital psiquiátrico.

Refiro-me ao lamentável episódio ocorrido na cidade de Toledo, quando um policial irresponsável matou um jovem de 19 anos e feriu outra pessoa, no campo de futebol.

Esse episódio deve servir de profunda meditação por parte das autoridades policiais e esportivas do Estado.

Não é mais possível tolerar tais abusos quer da polícia, quer dos juizes de futebol, sempre a provocar comoção social de consequências geralmente imprevisíveis, mas que, vez por outra, redundam em cenas lamentáveis como essa ocorrida na pujante cidade de Toledo.

A polícia por admitir em seus quadros elementos como o soldado, que atirou contra uma multidão, e os juizes, por agirem de forma facciosa nos estádios do Paraná, sempre beneficiando um ou outro time e com isso provocando revolta dos torcedores, a ponto de acirrar os ânimos da maneira verificada no Sudoeste paranaense, no penúltimo domingo.

A Polícia deve existir para dar proteção ao cidadão, e para realizar esta importante tarefa tem que estar preparada. Infelizmente não é o que se observa no Paraná e de resto em todo o Brasil, eis que o fenômeno não é só paranaense.

Recentemente a Nação toda tomou conhecimento de uma pesquisa feita no Rio e em São Paulo, que apontou como a maior preocupação do cidadão a ação policial, verificando-se uma preocupante unanimidade quanto ao medo de ser preso. A pesquisa mostrou que a população daqueles dois centros teme a sua própria polícia com a mesma intensidade com que tem medo dos marginais. Isso quer dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para o paulista e o carioca não há qualquer diferença entre o policial e delinquente, o que é um verdadeiro absurdo.

É evidente que este sentimento não é gratuito e toda uma população não iria, de uma hora para outra, sem qualquer motivação, deixar de ver os policiais, os guardiães da sociedade, para enxergá-los com um potencial de perigo tão grande quanto os marginais que matam, assaltam, estupram, enfim, praticam toda sorte de atos anti-sociais.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este sentimento não se aplica apenas àqueles dois grandes centros urbanos do país. É generalizado. Teme-se a Polícia em toda a parte, como se teme os marginais, e com razões para isso.

Ainda recentemente registrou-se na cidade de Londrina um episódio deplorável, quando um policial sentiu-se melindrado com uma manobra infeliz de um motorista de caminhão e tirou-lhe a vida friamente. Apesar de conhecer esse policial e saber sê-lo bastante equilibrado, o seu ato, chocou não somente a mim mas como de resto a toda comunidade londrinense.

Agora, foi em Toledo que a sanha da Polícia se manifestou, e de maneira covarde. Digo isso, porque os torcedores adentram o campo desarmados, já que a própria Polícia, na entrada dos estádios os passa em revista. Isso quer dizer que a Polícia sabe que vai atuar num meio onde inexistem armas de qualquer espécie e, no entanto, policiais ainda vão trabalhar nos estádios armados de revólveres. Para manter a ordem nos estádios, entendendo, não ser preciso arma de fogo. Os casseteres que os policiais usam são o bastante para a função intimidadora da Polícia."

**O Sr. Nelson Friedrich** — Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Ilustre Deputado, Vossa Excelência mais uma vez dá o prêmio a esta Casa ao trazer com sobriedade e alta seriedade os assuntos afins à nossa comunidade paranaense e brasileira.

E, ao se referir a Toledo, posso trazer aqui o testemunho ocular porque estive, inclusive, no estádio onde ocorreu o fato trágico e que envergonhou Toledo e toda a região oeste. Mas o mais trágico, ilustre Deputado, é que uma semana antes a esse episódio, um outro policial assassinara um outro jovem num baile, no Distrito de Nova Concórdia, no Município de Toledo.



Oito dias após, outro policial num campo de futebol, após o jogo ter sido realizado, não entro aqui no mérito do aspecto de Juiz, do aspecto de torcida, do aspecto fanatismo, porque o futebol hoje serve até para ódio do povo. Mas fico exclusivamente com o fato trágico, vendo praticamente os acontecimentos, a situação sob controle ilustre Deputado, esta Casa precisa saber disso. A situação estava efetivamente sob controle, bastaria aquele corpo policial fazer o isolamento humano, a barreira humana e nada de mais teria acontecido e quando efetivamente, tudo estava sob segurança e controle, eis que um policial toma esta atitude impensada, ignóbil e violenta, atirando contra a multidão, acertando um jovem e assassinando outro terrivelmente. Mas, ilustre Deputado, devemos também analisar isso, devemos analisar isso dentro de um contexto, qual é a estrutura emocional que tem hoje um policial, qual é a estrutura que tem para poder possuir uma arma e estar a serviço da comunidade para fazer-lhe a segurança.

Quando inclusive, um policial desse recebe um salário aviltante, vergonhoso, e toda uma estrutura, e além disso, além dessa situação terrível, nós vemos também o policial assistindo que os maiores, os grandes do País não cumprem as leis, e porque eles haverão de cumprí-las. Como nós vemos um policial como esse mesmo, que assassinou em Toledo num campo de futebol, que há tempos atrás assassinara outra pessoa no Município de Nova Santa Rosa, e a punição dele, foi a transferência. Talvez amanhã ele também será transferido de Toledo, virá para Araucária ou para Londrina, irá praticar outras barbaridades, e a impunidade tem sido lei dentro deste tipo de situação. E vergonhosamente, mancha-se uma comunidade, uma região, a própria população paranaense brasileira e nós chegamos à triste situação, e por isso me congratulo pela seriedade de seu pronunciamento em trazer, doa em quem doer, as verdades que o assunto merece, porque nós de Toledo, particularmente, esse Deputado que está agora usando este aparte, sentiu na própria carne, a terrível tragédia, mas nós recebemos também telegramas de condolências de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, mas, gostaria que não ficássemos só nas condolências. Que nós pudéssemos ter uma reestruturação total e absoluta em todo o segmento policial brasileiro. Para que nós tenhamos uma Polícia séria, para que nós não tenhamos o que vemos hoje, ilustre Deputado e eu não quero me alongar, para a repressão, a dita subversão, os aparelhos policiais estão aí intactos com um instrumental dos mais modernos do mundo, mas para combater a criminalidade, e para dar segurança à comunidade, não existem verbas, nem condições instrumentais e muito menos humanas para assim produzir. E eu chego ao final e lhe digo, Deputado, afinal, quem nos protege da Polícia?

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência que vem enriquecer o meu despretençioso pronunciamento. Tem o aparte o Deputado Lázaro Dumont.

O Sr. Lázaro Dumont — Nobre Deputado, quero congratular-me com Vossa Excelência porque realmente nós vivemos hoje num clima em que a violência impera em todos os setores. No trânsito então nem se fala, as barbaridades que estamos vendo, os seqüestros, não seqüestro político ou seqüestro de aviões, mas o seqüestro nas grandes cidades até nas pequenas cidades onde também já não se pode mais viver em paz. Corre-se o risco de se chegar tarde da noite em casa, de ter que descer do carro, abrir o portão e ser seqüestrado, ou seviciado como realmente está ocorrendo, e que recentemente aconteceu aqui em Curitiba, casos lamentáveis, e ainda poderá acontecer.

Mas gostaria, neste breve aparte, de tocar diretamente neste lamentável episódio de Toledo. Porque nesta Casa já tive a oportunidade de levantar o problema várias vezes e de apresentar por diversas vezes, sugestões à Polícia Civil e à Secretaria de Segurança Pública do Paraná, de que os homens encarregados da manutenção, da ordem e da Lei, num estádio de

futebol, num desfile comemorativo de um aniversário de uma cidade, num sete de setembro ou qualquer outra data cívica, na coordenação do trânsito no centro da cidade, não há motivo para que os mesmos andem armados da maneira como andam. Alguns fazem questão de colocar o revólver no meio da coxa, amarrando o mesmo revólver com uma tira de couro fino, como se fosse artista de cinema de "far-west" de 1890, 1850. Realmente, um absurdo muito grande. Congratulo-me com Vossa Excelência e ainda não só o caso de Toledo, recentemente em Gurapuava. E se pegarem a revista "Placar", da última semana de julho, um ilustre cidadão, filho de uma figura ilustre de Gurapuava, diz lá, — que agora eu não vou mais no campo de estilingue e bolinha de chumbo não! Eu vou com uma arma de pressão e bola de chumbo no duro!

Aonde que nós estamos vivendo?

Hoje há necessidade de ter ordem. Mas nós devemos cooperar. Faço aqui mais um apelo à Polícia do Paraná, porque é um absurdo desfile estudantil, nós temos desfile também de soldados armados em praça pública.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência e pediria permissão, Sr. Presidente, para prosseguir no meu pronunciamento para, em seguida, conceder apartes que me forem solicitados.

(Continua lendo): "Contudo o que se vê -- porque o que ocorreu em Toledo não pode ser analisado como um episódio isolado -- é policiais portando seus revólveres em meio a uma concentração popular desarmada. Isso não pode continuar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Polícia precisa aprender que a sua função é a de proteger o cidadão e não agredí-lo, eliminá-lo. É por cenas como estas que a Polícia perdeu o respeito e a consideração do povo e em lugar destes sentimentos nobres ficou o medo e o terror, porque não dizer o descrédito.

Mas, no episódio de Toledo, e em outros mais ou menos idênticos ocorridos em nosso Estado, uma grande parcela de culpa cabe à Federação Paranaense de Futebol, através do seu Departamento de Árbitros. Não é mais possível as cidades, principalmente as do interior, suportarem a desonestidade dos juizes, sempre dispostos a favorecer os times da Capital. Afinal, é tremendamente injusto uma cidade mobilizar-se inteira, a direção de um clube montar um time de futebol, a custo de grandes sacrifícios, e na hora da decisão em campo ser prejudicada pela ação desonesta dos juizes que apitam o jogo. E, no entanto, é isso que vimos verificando ao longo dos tempos. Não é por outra razão que, quase invariavelmente, os títulos do campeonato ficam com os times da Capital. Eles quase sempre têm a seu favor as arbitragens facciosas. E não vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em minhas palavras, nenhum sentimento regionalista. Não. A verdade é cristalina e hoje em plena era da televisão é fácil comprovar-se o que estou a afirmar. Vídeo-tapes estão aí mostrando a maneira facciosa como agem os juizes, protegendo os times da Capital. Eles anulam gols legítimos dos times do interior e validam tentos no mais flagrante impedimento, como ocorreu em Toledo."

O Sr. Egon Pudell — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Estando no meu gabinete, procurei acompanhar o seu pronunciamento. A bem da verdade, também ouvi o aparte do Deputado Nilton Friedrich, que representa a cidade de Toledo, como nós. A morte desse jovem foi um fato lamentável, e toda a população de Toledo, Oeste do Paraná e o Estado inteiro sentiu. Quero congratular-me com Vossa Excelência porque este policial não tem condições de usar uma arma; porque se sabe perfeitamente que, antes de ser cometido este crime em Toledo, com este jovem, já houve outro crime na cidade de Nova Santa Rosa.

É lamentável. E este policial, a bem da verdade, deve ser demitido dos quadros da Polícia Militar de nosso Estado.

Enquanto, a sua análise, com muita profundidade, sobre o

procedimento de certos juízes, para com times do interior e da Capital, também quero dar o meu integral apoio a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e prossigo, Sr. Presidente.

É duro para um torcedor, ver o seu time prejudicado por uma ação desonesta de um juiz. Daí a mágoa e a vontade de ir à forra, com ele, e como decorrência, há eclosão de tumultos.

Os juízes, são eles mesmos os artífices dos tumultos, e depois ainda querem se fazer de vítimas. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto a Federação Paranaense de Futebol, não se conscientizar de que o fato de sua sede ser nesta Capital, não autoriza a dispensar tratamento privilegiado aos times aqui radicados, pois os do interior são também seus filiados, e enquanto o quadro de árbitros não agir com honestidade, vamos continuar a assistir a revoltas populares, com os resultados profundamente lamentáveis que ocorreram no penúltimo domingo na cidade de Toledo.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Obrigado, nobre Deputado.

Esta segunda parte da sua colocação, a gente vive há quinze anos problema de arbitragem, que acabam gerando esses tumultos e até mortes.

Agora, me reportando à primeira parte do seu pronunciamento, dentro da linha de prioridade do Governo, duas teses deveriam merecer uma atenção especial: a fome e a segurança; uma é consequência da outra; há uma interligação.

Agora, com relação aos crimes com motivo sexual, com violência sexual, eu sou partidário de que deve existir a pena de morte. Talvez fosse uma colocação até anti-cristã, mas não há a possibilidade da recuperação deste tipo de marginal. Não há nada pior para um pai, para uma mãe, para uma família, que uma filha ser violentada, como foi aquela moça do Rio Grande do Sul, na Lapa.

Para esse tipo de crime, ou de roubo, isto vem realmente da condição social do nosso povo. Obrigado pela brilhante colocação; Vossa Excelência, Senhor Deputado, que passou pela Polícia, dentro de uma linha de honestidade que é exaltada até hoje e portanto pode falar de cadeia, com o peito aberto.

Obrigado por este pronunciamento que inclusive nos serve de subsídio.

Agradeço a Vossa Excelência e concederei ao Deputado Deni Schwartz,

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento. Entretanto, consulta à Liderança do MDB se Vossa Excelência poderá continuar na tribuna.

Por três minutos, a Mesa defere e concede a palavra ao nobre Deputado, dentro do horário da Liderança, por mais três minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço, Sr. Presidente e concedo o aparte, com o máximo prazer, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — O meu aparte, Sr. Deputado, é para testemunhar o clima de violência que impera em nosso Estado.

Queria aproveitar a oportunidade para agradecer ao Presidente desta Casa, ao qual fui obrigado a solicitar a segurança devida, no dia 18 de julho, deste Ano da Graça, numa quarta-feira, porque a Polícia Militar estava em férias, por ser quarta-feira à tarde.

Encontrava-me em Ampére e encontrando novos fatos, a se somar aos que já havia denunciado aqui nesta Casa, constatei, pessoalmente, que lá continuava o facínora que eu havia

aqui denunciado. Que juntamente com outro policial, resolveram ficar donos naquela cidade. E assim o fizeram. O Prefeito se atemorizou e apenas procurava agradar o cabo e o soldado. Passaram a ser donos da cidade.

E lá chegando, eu que havia denunciado fatos anteriores aqui, fui abordado por vítimas que, medrosamente, e procurando se esconder ao máximo, pediram que eu interferisse. Telefonei para Francisco Beltrão e foi aí que eu descobri que quarta-feira, o Paraná entra em recesso quanto à segurança. Porque, o Comandante da Polícia Militar, às 13 horas, não se encontrava no quartel, porque era quarta-feira, à tarde.

Foi quando, já que não podia sair de Ampére sem uma solução, por uma questão de honra desta Assembléia, que estava sendo, lá, desacatada, telefonei para o ilustre Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e tive a satisfação de, posteriormente, em contato por telefone com o Presidente desta Casa, saber que haviam sido exigidas medidas pelo Sr. Secretário de Segurança.

Realmente, o clima é de violência. Como é, aliás, e disse bem o Deputado Lázaro Dumont, em todos os setores. Mas, não poderia ser exatamente no setor de segurança. E essa insegurança eu não posso culpar apenas o policial. Essa insegurança vem das autoridades maiores.

O Deputado Nilso Sguarezi denunciou, já, por diversas vezes, nesta Casa, o Coronel Comandante da Polícia Militar em Pato Branco. Aqui se denunciaram torturas, aqui se denunciaram tantos fatos, não só aqui, como em todas as Casas Legislativas deste País. O exemplo vindo de cima repercute lá no interior. E é lá que o homem está apanhando.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço e finalizo, Sr. Presidente, fazendo a seguinte indagação: a quem cabe a responsabilidade da morte do jovem de Toledo e dessas jovens que acabei, hoje, mais uma vez, narrando a sua tragédia?

E as suas famílias como é que ficam?

São perguntas que dificilmente encontram respostas. Uma coisa é certa, uma verdade existe: quem está pagando um preço tão caro, caríssimo, por nada dever, são seus pais que pranteiam o desaparecimento prematuro de seus filhos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, por doze minutos, no horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro. O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lê): "A crise social e econômica que envolve o Brasil, com tentáculos firmes, poderá desaguar em reações imprevisíveis. O povo brasileiro, marginalizado, esfomeado e descrente, iniciou o processo de reação à ação. Efetivamente, a represa está estourando. O brasileiro chegou ao limite máximo da tolerância. Os nossos generais, que há quinze anos fazem a política da barganha com os grupos estrangeiros, sufocando as esperanças da população nacional, devem estar plenamente conscientes dos rombos, visíveis, no dique.

A imagem do "brasileiro bonzinho" em boa hora está se desmanchando. E nem mesmo o futebol, anestésico popular, está resolvendo. O brasileiro está cansado de picadas.

O grande circo está pegando fogo! E que o governo não espere que o povo vá apagá-lo.

Da letargia à reivindicação dos direitos; da passividade a reações incontornáveis; do comodismo à luta declarada pelo direito de comer, morar, trabalhar e se vestir. Assim está reagindo o brasileiro.

Qual é a autoridade moral de um governo que permite uma inflação de 6% ao mês? E que usa a "crise energética" como bode expiatório do aumento do custo de vida?

Qual é a autoridade moral de um governo que há quinze anos se mantém no poder como parasita? Que permite um revezamento de ministros incompetentes, alguns até taxados de



corruptos? Delfim, da Fazenda para a Agricultura, Ueki, das Minas para a Petrobrás, Andreazza, dos Transportes para o Interior, Simonsen, da Fazenda para o Planejamento, Figueiredo, do SNI para chefe-supremo. São os mesmos incompetentes e entreguistas que insistem em levar este País à falência total e definitiva.

Qual é a autoridade moral de um governo, cuja meta é o entreguismo deslavado e condenável? Um levantamento do SERPRO, realizado ano passado, mostra que os estrangeiros possuem mais de 52.000 imóveis rurais no Brasil, ocupando uma área de DEZ MILHÕES DE HECTARES, que corresponde às dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, somadas. É um total desrespeito à legislação brasileira. E o entreguismo vai continuar. O "sinal verde" para os grupos de fora, vai continuar, aberta e descaradamente.

Um governo que está construindo, com recursos próprios, a usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, apenas para favorecer a empresa Albrás, que remeterá cinquenta por cento da produção de alumínio para o Japão. E para isso o Brasil está emprestando, através da Eletrobrás, no exterior, 2.000.000.000,00. O Brasil, um País pobre, subsidiando o alumínio que será consumido pelo Japão.

Um governo, onde o Presidente da Petrobrás viaja para a Arábia Saudita negociar novos contratos de petróleo. Seria normal, não fosse o período do Ramadã, onde os árabes fazem jejum por quarenta dias e estão proibidos de quaisquer atividades comerciais...

O Brasil está mergulhado numa crise sem precedentes. O país, é hoje, um vulcão de insatisfação, prestes a entrar em erupção. As greves explodem em todos os cantos, apesar das ameaças do Sr. Petrônio Portela de que o Governo partirá para uma "reação de igual intensidade", para conter a violência em movimentos grevistas. Aliás, em Minas, um grevista foi morto pela polícia. Parece que a única abertura de fato neste País, são os canos das metralhadoras e fuzis. Hoje mesmo, os motoristas que transportam combustíveis iniciaram, em Araucária, aqui no Paraná, uma greve.

E tudo continua subindo. E o desemprego aumentando. E a fome apertando. E a irresponsabilidade do nosso Governo se acentuando.

Qual é a prioridade nacional? Crise energética ou Educação? Reforma Política ou Saúde? Parece que a única prioridade é o entreguismo, a falta de competência, a corrupção.

Semana passada, o 5.º Presidente do golpe de 1964, tirou para lazer e divertimento: assistiu futebol no Maracanã, foi ao churrasco do ex-Presidente Geisel, assistiu ao Grande Prêmio Brasil de turfe. É uma maneira direta de dizer ao povo que deixe o barco correr, que está tudo azul neste quintal da América do Sul. Realmente, o "Brasil espera que cada um cumpra seu dever". E por ocasião do almoço na mansão do ex-Presidente Geisel, em Petrópolis, a confraternização. E nos jornais, as fotos, todo mundo rindo. Rindo de que? Da miséria do povo?

Enquanto problemas importantes como a inflação, o custo de vida, as greves, deveriam ser debatidas em nível de solução, o Governo joga a isca da crise energética e da reformulação partidária, e a classe política morde. A tática de desviar as atenções vem sendo aplicada com inteligência pelo Governo, até mesmo a ridícula campanha para popularizar quem sempre foi impopular.

Se essa gente que governa este País, de maneira irresponsável e inconsequente, pensa que o povo está engulindo, está muito enganada. O povo acordou e o dia da festa do povo está próximo. O povo nas ruas é mais poderoso do que o exército. E um povo reage diante de duas hipóteses; ou altamente culto e politizado ou com a barriga vazia. O Governo sabe qual é a hipótese brasileira..."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto à

Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 47/79, que aprova termos de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses que, com a participação de Órgãos que especifica, objetiva minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/79 - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 14/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetiva execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, principalmente mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/79 - de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que autoriza a devolução de processos submetidos à consideração da Comissão de Tomada de Contas, quando independam de deliberação do Poder Legislativo, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica a Comissão de Tomadas de Contas autorizada a devolver à origem os processos submetidos à sua consideração e que independam de deliberação do Poder Legislativo, após seu exame e aprovação.

Parágrafo único - A Secretaria da Comissão de Tomada de Contas, encaminhará mediante protocolo aos interessados, os processos aprovados e manterá, devidamente arquivados até o término da Legislatura, os pareceres, juntamente com as respectivas Atas das quais constem as suas aprovações.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de junho de 1.979

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, Presidente;

LINEU TURRA, Relator.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução que ora submetemos à consideração da Casa, tem a finalidade de, à exemplo do que ocorre com o egrégio Tribunal de Contas, devolver à parte interessada a documentação referente aos processos devidamente examinados e aprovados pela Comissão de Tomada de Contas.

Após o exame dos processos e com o parecer devidamente aprovado, não mais se justifica a sua permanência em poder da comissão, a qual é desprovida: de espaço físico para acondicioná-los. O próprio setor de Arquivo da Casa, se encontra sem condições e espaço: para mantê-los e desde que a Secretaria da Comissão mantenha, como vem mantendo, em completa atualização os pareceres e as Atas que os aprovaram, não mais se faz necessária a permanência na Comissão.

Nestas condições, apresentamos o presente projeto de resolução.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/79

P A R E C E R

1. De autoria da douda Comissão de Tomada de Contas, visa a presente resolução autorizá-la a devolver à origem, os processos submetidos à sua consideração e que independam de deliberação deste Poder, após exame e aprovação, bem como estabelece normas para a devolução dos mesmos processos.

2. A iniciativa vem devidamente articulada e justificada, de acordo com o que estabelece o Art. 123, do Regimento Interno.

3. Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa anexa à proposição em tela.

4. Quanto aos aspectos legal e constitucional, não há o que impeça a sua livre tramitação.

5. Isto posto, somos pela sua aprovação.  
S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
PAULO CAMARGO, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Iraci Mendes dos Santos, ex-expedicionário residente em Palmas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à TELEPAR, no sentido de que seja instalada uma linha telefônica no Distrito de Rio Sagrado, Município de Morretes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo seja enviada cópia da sindicância realizada no 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 9.º aniversário da Rádio Educadora Rural de Jacarezinho, ocorrido em 3 do corrente mês.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sindicato do Comércio de Combustíveis, visando o rodízio de postos de gasolina aos sábados.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Osiris de Jesus Fontoura, pela sua posse no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo intervenção do Governo Federal no mercado do fumo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

mento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, às Secretarias da Educação e do Planejamento, em forma de pedido de informações a fim de esclarecer as atividades do COEMPAR.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Nacional da SUNAB, visando a instalação de uma Agência Regional em Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que tome conhecimento e as devidas providências, com relação a conclusão de obras de asfaltamento do acesso que liga o Distrito de Tamarana, Município de Londrina.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

18 Srs. Deputados aprovam o requerimento; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 57 e 58/79.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/79.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

PORTARIA N.º 552/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

designar os funcionários abaixo relacionados, contratados deste Poder, para prestarem serviços, conforme especifica:

VERA LÚCIA DOS SANTOS

Departamento Administrativo

JUSSARA REGINA DE FARIAS

Departamento de Pessoal

DENISE VIEIRA

Departamento de Finanças

JOSÉ CLÁUDIO BUMENTHAL DE MORAES

Departamento Legislativo

MARLENE APARECIDA DO VALE

Departamento Administrativo

JOSÉ LUIZ RAMUSKI

Departamento de Finanças

GERSON TADEU MONTEIRO

Departamento Legislativo

ELOI LOHMANN

Departamento Administrativo

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de julho de 1979.

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN  
Diretor Geral

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA  
BALANCETE  
MÊS DE JULHO DE 1.979

DÉBITO		CRÉDITO	
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.		RENTA DE CONTRIBUIÇÕES	2.739.455,01
AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	78.825,63	RENTAS DIVERSAS	1.747.698,17
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.487.153,18
CONTA POUPANÇA	378,95		28.789.276,41
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A.			
CONTA PRAZO FIXO	20.000.000,00		
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	10.472.550,58		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
MATERIAL DE CONSUMO	1.985,90		
SERVIÇOS DE TERCEIROS	402,50		
PENSIONISTAS	2.569.283,00		
SEGUROS	122.903,03		
SOMA	33.276.429,59	SOMA	33.276.429,59

Reconhecemos a exatidão do presente balancete somando a importância de "Trinta e três milhões, duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte e nove cruzeiros e cinquenta e nove centavos".

ARY DOS SANTOS  
Contador CRC 47-Pr

ANTÔNIO FACCI  
Tesoureiro

JORGE SATO  
Presidente